

Projetos e oportunidades: o processo reivindicação do sistema de cotas por estudantes da UFRGS

Felipe Prolo¹

Resumo: Este texto apresenta os resultados de uma dissertação de mestrado, que teve como tema o processo de formação de um coletivo de estudantes da UFRGS, intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA), que se propôs a estudar e reivindicar uma proposta de implementação do sistema de cotas na referida universidade. O intuito foi o de investigar tal processo, buscando fatores que explicassem sua ocorrência no contexto estudado, envolvendo os participantes do grupo e as condições estruturais da instituição com as quais se defrontaram. Aliando propostas teóricas sobre a ação social a partir da constituição de “projetos” individuais e coletivos e de estudos sobre as ações coletivas a partir da noção de “estrutura de oportunidades políticas”, interrogou-se o objeto de estudo para captar o que concedeu sustentação a essa organização. A conclusão a que se chegou é a de que a pauta cotas, menos do por motivo do seu conteúdo intrínseco, foi adotada pelos membros do grupo como forma de atribuírem significados às suas atuações enquanto graduandos, face à disponibilidade encontrada para tal proposta, demonstrando que nas “situações sociais” é que se produzem os fundamentos para o surgimento de ações políticas que buscam suas transformações.

Palavras chave: Ações afirmativas. Cotas. Estrutura de oportunidades políticas. Ação coletiva.

Abstract: This paper presents the results of a dissertation, which dealt with the process of forming a collective of students of UFRGS, entitled Working Group on Affirmative Action (GTAA), which proposed to study and claim the implementation of the quota system at that university. The aim was to investigate this process, seeking factors that explain its occurrence in the context studied, involving the individuals who participated and the frame conditions of the institution that allowed its emergence they were confronted. Combining theoretical proposals on the social action from the constitution of 'projects' individual and collective and studies about collective action based on the notion of "political opportunity frames", the object of study was questioned to found what gave sustentation to this organization. The conclusion arrived is that the agenda of quotas, less than for its intrinsic content, was adopted by the group members as a way to assign meanings to their actions as graduates, given the availability found for this proposal, showing that are in the “social situations” that are produced the elements for the emergence of political actions that seek their transformations.

Keywords: Affirmative actions. Quotas. Political opportunity frames. Collective action.

1. Apresentação

O presente texto trata de uma pesquisa realizada para fins de elaboração de dissertação de mestrado, acerca do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas, ou GTAA (PROLO, 2011). Tal proposta versou sobre a formação e atuação do grupo mencionado, formado majoritariamente por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual seus membros se propuseram a estudar e elaborar uma proposta de política de reserva de vagas, de corte “social” e étnico/racial, a ser apresentada ao Conselho Universitário (CONSUN) da referida instituição. O objetivo foi o de buscar explicações sobre as

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail fprolo@gmail.com

motivações de estudantes em formarem o grupo e as condições para tal formação, considerando o momento histórico vivido pelos membros em que a ação coletiva ocorreu e as dinâmicas de ação políticas utilizadas, o que se relaciona com a indagação teórica sobre as condições sociais para a formação de ações coletivas.

2. Ações afirmativas e início do debate na UFRGS

O tema da política de cotas para o ensino superior não é novo. Sob a denominação de “ações afirmativas” ou “discriminação positiva”, está presente no debate público norte-americano e europeu pelos menos desde os anos 1960 (BELLINTANI, 2006). Conforme a autora:

As ações afirmativas consubstanciam-se, de modo genérico, em mecanismos públicos ou privados que possuem o condão de instituir na sociedade uma igualdade de oportunidades e de resultados entre seus cidadãos. Esta denominação genérica utilizada para os mecanismos de inclusão social, portanto, abarca os mais diversos instrumentos de fomentação da igualdade, tenham eles cunho discriminatório ou não. Assim, todo aquele mecanismo, que tiver por escopo fomentar maior isonomia propiciando a aquisição igualitária dos bens da vida pode encaixar-se perfeitamente na conceituação de ação afirmativa (BELLINTANI, 2006, p. 52).

A discussão sobre ações afirmativas no Brasil ganha visibilidade durante a preparação para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001 (TURNER. In: JÚNIOR E ZONINSEN, 2006). Entre as medidas sugeridas aos representantes dos países participantes, estava a adoção de políticas de reserva de vagas de caráter étnico/racial em instituições públicas². Durante o período de preparação, houve um aumento do debate e das pressões políticas internas no Brasil, no sentido de adoção de reserva de vagas para negros nos concursos públicos para ingresso em ministérios, universidades, dentre outras instituições. Pressões que já vinham sendo exercidas há algumas décadas por algumas organizações que se reclamavam do “movimento negro”³. Portanto, seria incorreto considerar que somente a partir desse momento foram tomadas medidas consideradas como ações afirmativas no Brasil. Como exemplos, temos o artigo 354 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), de 1943, estabelecendo cotas de dois terços de brasileiros no quadro de

²Fonte: <<http://www.un.org/wcar/coverage.htm>>. Acesso em 20 de Maio de 2009.

³ Trata-se aqui de “movimento negro” de forma geral, considerando os vários movimentos, clubes, entidades, ONGs, etc., que se propõe a reivindicar por demandas referentes à situação considerada desigual da população negra no Brasil. Existe uma série de entidades representativas neste todo, não se considerando aqui quais são, nem seus posicionamentos específicos em relação às ações afirmativas e especificamente sobre a política de cotas.

empregados de empresas, e o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização e Promoção da População Negra, de 1995 (PINTO, In: JÚNIO E ZONINSEN, 2006).

O debate sobre as ações afirmativas no Brasil teve como características a centralidade na pauta da política de cotas e na dicotomização da discussão entre defensores e opositores dessa política específica (PINTO, In: JÚNIO E ZONINSEN, 2006; HOFBAUER, 2006). Por seu lado, Oliven (2007) considerou que a discussão se pautou em um discurso mais amplo, inserido em protocolos internacionais, dentro de uma visão de direitos humanos e das diversidades culturais.

Outro fator que deu visibilidade ao tema foi a divulgação do relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com dados que tiveram a intenção de mostrar o nível das desigualdades raciais no país (HERINGER, 2002).

Após a Conferência de Durban, constou no relatório oficial do governo brasileiro a recomendação da adoção da política de reserva de vagas nas universidades. Entre os anos de 2001 e 2002, surgiram vários projetos deste tipo de política em instituições públicas, como ministérios, universidades e prefeituras, inclusive para mulheres e portadores de deficiência (HERINGER, 2002). Nesse período, as primeiras universidades a adotarem tal medida foram a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (Uneb) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (HERINGER, 2002).

No caso da UFRGS, há indícios de que um debate mais visível sobre o tema iniciou-se em meados de 2005. No final do referido ano, um grupo de estudantes de diferentes cursos de graduação se constituiu para debaterem a questão da relação da universidade com o restante da sociedade, formando um grupo de trabalho, num primeiro momento informal, que logo adotou como pauta principal a proposta de ações afirmativas. Este agrupamento, denominado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA) transformou-se no ano de 2006 em um projeto de extensão universitária (SITO, FERREIRA E RODRIGUES. In: TETTAMANZY et.al, 2008).

3. O GTAA enquanto objeto de estudo

A convivência do pesquisador no ambiente universitário no qual surgiu o GTAA foi a fonte para que certas questões instigassem a investigação do tema. A motivação para a pesquisa emergiu da indagação sobre determinadas características observadas no grupo mencionado.

A primeira característica refere-se à composição do grupo em relação à proposta defendida. Tratou-se de um coletivo formado majoritariamente por estudantes que, por já estarem na universidade, não eram ao mesmo tempo público alvo da demanda reivindicada. Outro ponto em relação à composição foi ter-se conhecimento de que parte dos integrantes não possuía vínculo com alguma entidade de movimento social ou partidário.

A segunda característica trata da duração da organização. Inclui-se aqui o fato de ter se iniciado ao final de 2005 (quando as primeiras universidades a adotarem a medida o fizeram ainda em 2001) e de que sua duração ocorreu até o momento da aprovação das cotas na universidade.

A terceira característica que chamou à atenção foi a relação do GTAA, enquanto grupo organizado, com determinadas organizações de movimentos sociais que se reivindicaram enquanto representantes dos grupos-alvo da política de cotas. De acordo com relatos obtidos, o GTAA buscou contato com tais entidades, a fim de obter apoio para a reivindicação, e não o contrário. Atrelado a isto, teve-se que não houve atuação direta de militantes de tais movimentos (ao menos enquanto representantes destes) na dinâmica interna do GTAA.

A quarta característica referiu-se à possibilidade de utilização de recursos da própria universidade nessa ação coletiva que visava modificar aspectos de sua dinâmica. Mesmo que o GTAA não tenha se limitado a um projeto de extensão universitária, tal vinculação permitiu a obtenção de verbas para pesquisa e processo de formulação de uma proposta a ser posteriormente reivindicada.

Baseando-se em tais características, questionou-se, portanto, a composição, contexto, momento histórico e as possibilidades para o surgimento dessa organização de ação coletiva. Considerando que a ação do governo federal, no sentido de adotar agendas a partir de acordos internacionais, como foi aqui exposto, pode sugerir centralidade deste fato para a adoção da política de cotas na UFRGS (incluindo a forma como foi aprovado, na consideração de cotas sociais e étnico/raciais), o questionamento feito nesta pesquisa buscou confrontar ao contexto geral das ações afirmativas no Brasil a questão das motivações e possibilidades de atores locais para desencadear uma mobilização em prol da demanda das cotas. Ou seja, ao questionar as condições de emergência do grupo, indagou-se sobre como seus integrantes se conectaram as “tendências nacionais” para a defesa de políticas de ações afirmativas.

No momento da pesquisa em que se explorou a literatura sobre o tema, viu-se que os estudos sobre a questão das ações afirmativas centraram-se em avaliações do sistema, não tendo sido encontrados trabalhos sobre organizações vinculadas a universidades que se

mobilizaram em prol da medida dentro da dinâmica das relações acadêmicas. Além do fato de ter encontrado tal “brecha”, naquele momento, entende-se que a utilidade deste trabalho também serviu para o afastamento de considerações maniqueístas sobre o processo de discussão de uma política relacionada a um tema que gerou e ainda gera polêmica.

Para buscar as explicações pretendidas, indagou-se sobre as motivações para o engajamento e as condições para o exercício da mobilização. A partir da análise dessas duas dimensões, desenvolveu-se o argumento principal desta pesquisa, demonstrando que é na “situação social” (conceito a ser definido posteriormente) que surgem os fundamentos para a atuação política que busca sua transformação. A situação social, enquanto ponto de convergência de relações no contexto e influenciada por dinâmicas externas, constituiu-se como algo que não independe de outros contextos nem é condicionado por estes. Os fundamentos para a atuação política, neste sentido, são os fatores que conferem sustentação à ação coletiva, resultantes de processos que envolvem as experiências dos indivíduos que interagem em tal situação, na construção do sentido de suas atuações políticas; e das oportunidades de atuação resultantes dos processos interativos que convergem em dada situação.

4. A noção de projeto e a estrutura de oportunidades políticas

Pelo fato de o tema estudado envolver movimento estudantil, buscou-se referências de estudo nesse sentido. Como base, utilizaram-se trabalhos de J. A. Guilhón de Albuquerque (1977a, 1977b) e de Marialice Foracci (1965), bem como pontos levantados sobre a situação contemporânea, de Mortada (2009) e Sposito (1999).

Albuquerque (1977a, 1977b) analisou o movimento estudantil latino-americano, em comparação com o mesmo movimento na Europa, partindo da teoria acionalista de Alain Touraine. Contrapôs-se ao viés funcionalista da ação social, entendendo esta como envolvendo um conjunto de valores e interpretações do ator em relação a uma determinada “situação social”, onde a ação social a transcende, ao dirigir-se a ela. Neste caminho, as normas, em si, não determinam as ações dos indivíduos, mas servem de referência para essas.

Por “situação social”, tem-se o recorte da realidade social, que serve de referência para o ator (individual ou coletivo). Como o indivíduo age diante de “situações”, que envolvem suas experiências e a sociedade, como um todo, não expressa uma situação, não sendo, portanto, objeto de experiência, “o estudo da ação só pode se referir a ela [sociedade global]

através da experiência de uma situação particular” (ALBUQUERQUE, 1977a, p. 38). Albuquerque entendeu o movimento estudantil latino-americano como um fenômeno que envolveu uma classe média urbana em formação (estudou o período entre às décadas de 1950 e 1970), ao contrário do exemplo europeu, onde esta já estava constituída no período estudado. A forma tomada por tal movimento foi condicionada pela busca desse segmento por um modelo de atuação profissional e política enquanto classe média, visando à transformação e garantia de seu espaço enquanto produtores na sociedade industrial que vinha se formando no continente. Portanto, para o autor, o projeto profissional construído pelos discentes universitários relacionava-se com seus projetos de atuação política na sociedade.

Foracchi (1965), mesmo tendo analisado o engajamento estudantil brasileiro por outro viés (não centralizando na questão do trabalho), compartilhou com Albuquerque algumas conclusões. Uma foi a noção de classe social como fator de referência para a atuação política e sobre as características das classes médias urbanas brasileiras, em que o corpo discente universitário seria oriundo desse segmento. Outra foi a instabilidade e contraditória da classe média urbana brasileira, identificada com as camadas populares pela condição de assalariada como também relacionada com as classes industriais em uma relação de dependência. De forma particular, concluiu que neste processo de inserção na academia o jovem passa por uma transformação de “jovem” em “estudante”, numa situação na qual seus vínculos com sua classe de origem, expressadas nas relações familiares, confrontam-se com a situação da universidade, na qual busca sua autonomia em relação aos seus laços prévios, que não se desfazem e condicionam a constituição de seu projeto, levando a uma falsa condição de autonomia.

As pesquisas de ambos os autores possuem aproximações sobre os aspectos considerados necessários para a emergência do movimento estudantil. Um aspecto é que determinadas condições sociais são necessárias para o engajamento. Outro envolve as experiências, reflexões e valores dos atores que os levaram a atuar dentro de tais condições. Os dois autores correlacionam a noção de “classe social” e de “projeto”, na análise da situação na qual emerge esse tipo de engajamento. A condição de “estudante universitário” coloca o indivíduo, em relação a sua condição de membro de classe média (para os autores, o fenômeno foi oriundo desse segmento), no ápice de sua contradição de classe, na busca por transcendê-la, constituindo um projeto pessoal em referência a tal condição.

A noção de “projeto” foi utilizada por Albuquerque e Foracchi para referirem-se à conduta, individual e em grupo, em relação à determinada situação social, envolvendo as

motivações dos indivíduos para agirem referindo-se a esta, com determinados objetivos. Conforme Albuquerque (1977a) existe um “projeto” quando as motivações e objetivos do ator social têm correlação com o significado social a ação.

Por envolver uma atitude referida à situação social, a constituição de “projeto” envolve a dimensão das relações sociais. Se entendermos que os efeitos das relações sociais expressos e percebidos nas situações sociais confrontam-se com os valores do indivíduo, que são formados através de suas experiências prévias, e que tais essas são múltiplas, logo, pensa-se em uma dimensão de interpretações variadas construídas pelo indivíduo. Nesse sentido, a situação social não se apresenta de forma determinista, mas apresentando “possibilidades” para a ação. É a noção de projeto utilizada por Gilberto Velho, sintetizada abaixo:

Beneficiei-me das obras de diversos autores, mas vem principalmente de A. Schutz a influência principal nessa direção. *Projeto*, nos termos deste autor, é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades (VELHO, 1999, p. 40).

Considerando a heterogeneidade de experiências do indivíduo e sua relação com uma situação social específica (que também resulta da heterogeneidade que envolve outros indivíduos que nela convergem) de forma relacionada à constituição de uma ação política determinada, entendeu-se que, mesmo que Albuquerque e Foracchi tenham usado a noção de classe como ponto de partida para suas análises, não podemos considerar que tal aspecto é determinante na conduta política dos jovens universitários. Portanto, mesmo que estudando a referência à norma, para ambos os autores a condição de classe tenha aparecido nas conclusões, não podemos utilizar dessa dimensão como ponto de partida para entendermos o movimento estudantil atual. Como nos traz Alberto Melucci:

A interrogação implícita sobre a condição juvenil é se os jovens são sujeitos potenciais de ação coletiva antagonista. A pretensão ou a esperança é de encontrar resposta para a interrogação a partir de uma compreensão aprofundada da condição e da cultura juvenil na sociedade contemporânea. Uma similar esperança é, porém, desiludir-se porque se encontra com um problema insolúvel: como se passa da condição para a ação, como se forma um movimento que tem por atores sociais os jovens? Não se sai do impasse senão invertendo os termos do problema. A ação não se deduz pela condição social. Ocorre, ao contrário, mudar completamente o procedimento. É necessário identificar em nível sistêmico os problemas que estão no centro dos conflitos sociais, os campos sobre os quais se joga o confronto para o controle de recursos decisivos. Só a partir daqui é possível perguntar-se quais

elementos da condição juvenil são suscetíveis de ativar, em certas condições conjunturais, uma ação coletiva, transformando este grupo em ator de conflitos (MELUCCI, 2001, p. 84).

Conforme Mortada (2009), trabalhos comparativos envolvendo o movimento estudantil brasileiro antes e após a abertura democrática tem como característica uma nostalgia em relação ao passado, atribuindo a este uma politização mais consistente e uma passividade ao período atual, apresentando nisto o problema de serem análises descoladas dos contextos históricos e por mencionarem uma apatia que talvez tenha ocorrido de forma proporcional anteriormente. Sposito (2000) também apontou alterações na sociedade que afetaram o campo universitário, na transformação da condição do jovem brasileiro, tendo acesso mais restrito ao trabalho e, também nisto, tendo menor vinculação à atuação sindical. Mortada (2009) também apontou alterações nas universidades brasileiras, por ter-se assumido, em determinados aspectos, o modelo norte-americano, como por exemplo, no aspecto “quantitativo” (mais universidades, mais vagas, maior volume de produção acadêmica como indicador de “qualidade”). Em relação a este contexto, que envolve o surgimento de diversas universidades privadas, Mortada indicou um posicionamento do jovem estudante universitário contemporâneo enquanto “consumidor”.

Os aspectos mencionados por Mortada e Sposito, aqui referenciados, sugerem que o aspecto politizador da universidade, a partir da formação profissional, o que foi apontado por Albuquerque e Foracchi, reduziu-se. Ou mesmo transformou-se, mas tendo se reduzido a vinculação entre formação profissional e atuação política, no processo de constituição de projetos destes (as) estudantes. Pode-se pensar, portanto, que a mudança na forma de participação política por parte de estudantes universitários, no Brasil, alterou-se após a abertura democrática em função da alteração na condição social dos (as) estudantes e nas transformações estruturais nas instituições de ensino superior.

A partir dos pressupostos explorados, considerou-se que, para o estudo do GTAA não se poderia pressupor, de antemão, quais experiências dos (as) estudantes que o compuseram foram relevantes para que se motivassem a participar de tal forma de engajamento. De mesma forma, coube ao estudo verificar com quais aspectos da estrutura da instituição tais experiências se conectaram, não apenas motivando, mas também possibilitando a constituição desse grupo.

Em relação a este último aspecto mencionado, considerou-se pertinente agregar, aliando à dimensão da experiência através da noção de projeto, um aporte teórico sobre o conceito de estrutura de oportunidades políticas proposto por Sidney Tarrow.

Tarrow (2009) propôs uma tipologia de análise de ações coletivas que visou acrescentar elementos para o estudo deste tipo de fenômeno, em relação a teorias sociológicas prévias. As dimensões que visou complementar são: a questão do interesse ou descontentamento; o “consenso” em torno dos significados dados aos objetivos das organizações; a “escolha racional”, que envolve uma ideia de “cálculo de custos” para o engajamento; e os recursos materiais de que dispõem as organizações coletivas para o exercício de reivindicação.

A proposta do autor foi a de que se faça também a análise dos recursos externos à organização que interferem nos variados contextos sociais que criam ou restringem oportunidades de surgimento de um engajamento coletivo. As oportunidades de ação política seriam fruto das dinâmicas sociais que modificam as estruturas da sociedade, gerando o que o autor denominou “ciclos de confronto”: momentos históricos oportunos para o surgimento de ações coletivas em determinados contextos. Tais “brechas” na história seriam motivadas por: influência de repertórios de ação anteriores; disposição e relação com autoridades; e a existência de aliados que forneçam recursos, materiais ou simbólicos, para a organização.

A noção de repertório envolve “rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TARROW, 2009, p. 51). Desta forma, os modelos de atuação postos em prática tanto são construídos no exercício do engajamento coletivo como podem também ser adotados de movimentos anteriores (o que neste caso, seguem como modelos passíveis de alterações, dada a flexibilidade que pode ser atribuída ao processo de aprendizado, ao contexto e às demandas do grupo).

A perspectiva histórica e relacional confere à ação coletiva um caráter processual. Desta forma, não considera-se devido estudar ações coletivas somente em função de intencionalidades e escolhas estratégicas dos atores sociais envolvidos, embora sejam dimensões que também tenham relevância (SILVA, 2007). Conforme Tarrow (2009), as dinâmicas relacionais, em determinados contextos, produzem oportunidades de ação política, a partir da percepção de tais “brechas” por parte de certos indivíduos que as aproveitam, buscando mobilizar e organizar outros atores para a ação política.

De acordo com Tarrow (2009), o processo de mobilização envolve a construção de “quadros interpretativos da ação política”, que constituem-se enquanto conjunto de

significados que atribuem sentido e determinado consenso à ação coletiva. Este processo envolve um protagonismo de lideranças na organização, em que seus discursos podem ser construídos de forma a alinharem-se com insatisfações e interesses difusos, de acordo com o conceito de “enquadramento interpretativo” (SNOW et al., 1986).

5. Análise do GTAA

Tanto a abordagem sobre a noção de “projeto” como sobre as “estruturas de oportunidades políticas” foram consideradas pertinentes para o estudo do GTAA, no momento em que a proposta refere-se aos elementos que levaram à formação do grupo, bem como a sua atuação enquanto ação coletiva. Entendeu-se que o conceito de “projeto”, relacionado à conexão de experiências vividas com situações específicas na formação das motivações ao engajamento, complementa o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, que visa uma análise de agrupamentos que já constituem de uma liderança e um pressuposto para a reivindicação. Como não obteve-se da leitura de Tarrow pistas sobre como se constituem tais lideranças, e como não percebeu-se lideranças estabelecidas no GTAA – dado obtido na pesquisa, assim como o fato de que o processo de alinhamento deste grupo com entidades de movimentos não seguiu a dinâmica sugerida por Snow et al. (1986), aspecto este que será mencionado posteriormente – a dimensão das experiências individuais compôs o quadro para analisar-se a ocorrência do GTAA.

A partir das experiências dos membros do GTAA, tanto anteriores, como paralelas e no próprio grupo estudado, buscou-se o entendimento sobre a construção do significado da ação política e o que conferiu sustentação a esta, envolvendo as motivações, a escolha da pauta, a possibilidade de engajamento percebida e as dinâmicas de mobilização e reivindicação adotadas.

Para dar conta das experiências dos membros que não as do GTAA, utilizou-se a proposta de Feltran (2006), de apreender momentos históricos vividos pelos atores relacionados a experiências coletivas e o contexto em que ocorreram, não se detendo em uma reconstrução biográfica. Dado isto, a investigação sobre tais experiências partiu dos seguintes pontos: 1) formação educacional, 2) experiências acadêmicas, incluindo extracurriculares, 3) vínculos de militância, 4) origem social, 5) expectativas em relação à universidade, 6) contato e construção do posicionamento em relação às cotas. Analisar tais elementos teve em vista entender qual projeto de atuação universitária estes (as) estudantes constituíram.

Em relação à percepção do contexto para o engajamento, além dos aspectos mencionados anteriormente, investigou-se: 1) opositores e aliados, 2) restrições a facilidades para a atuação e 3) os vínculos formados entre os membros do grupo.

Para a obtenção dos dados, realizou-se um total de 14 entrevistas, orais e semiestruturadas, com durações entre quarenta minutos e duas horas, que foram transcritas posteriormente. A partir de contatos prévios e informais, foi feita a seleção e execução das entrevistas, algo que não teve somente a finalidade de obter informações sobre as variáveis, mas também para ter-se conhecimento de outros contatos possíveis. Dentro disto, utilizou-se como critério a relevância das participações dos contatos (envolvendo suas citações em outras entrevistas e permanência no grupo) e o vínculo enquanto estudante da UFRGS, dado o problema de pesquisa formulado.

Sobre a composição do grupo, observou-se: 1) alta incidência de mulheres, 2) apesar de brancos (as) representarem maioria no grupo, a representatividade de negros (as) foi significativa (cerca de 35% do grupo)⁴, 3) incidência de formação no ensino público e privado foi pouco acima dos dados gerais da universidade (UFRGS, 2003), 4) alta incidência de pais com passagem pelo ensino superior e 5) contribuição financeira dos pais para os estudos pouco acima da média da universidade (UFRGS, 2003). Estas informações não indicam uma explicação da ocorrência do GTAA, mas pelo contrário, revelam que não se pode determiná-lo partindo-se dos atributos de seus componentes.

Aliada a característica geral sobre a experiência acadêmica inserida no contexto familiar: perceberam-se duas disposições centrais: 1) definição do ingresso na universidade como etapa de vida e 2) indefinição de um projeto de atuação acadêmica, não vinculando formação acadêmica à perspectiva de atuação profissional. Em praticamente todos os casos foram demonstrados descontentamentos na correlação entre o que se esperava da formação e a realidade defrontada.

Sobre as experiências coletivas, teve-se: 1) quatro casos sem experiências junto a ações coletivas, 2) três aproximações com movimento estudantil, descritas como “breves” e insatisfatórias, 3) três experiências mais consistentes no movimento estudantil, 4) dois casos de aproximações com partidos políticos (um comum ao tópico 3), 5) quatro experiências em outras formas de engajamento (um comum ao tópico 3). Desta forma, teve-se em metade do grupo ausência de experiência prévia de engajamento consistente.

⁴ Considerou-se este dado como significativo, ao confrontá-lo com o dado de 2005 em que, entre os universitários, 96% eram brancos, 3% negros e 1% amarelos (CARVALHO, 2005).

Quanto às experiências acadêmicas, observaram-se nove casos de participações em pesquisas ligadas à questão étnica/racial e três em projetos de extensão universitária. Aliando estes aspectos aos do parágrafo anterior, revelou-se uma centralidade na aproximação com questões políticas a partir de experiências universitárias extracurriculares, principalmente através de temas étnico/raciais.

Em relação ao surgimento do grupo, viu-se que o GTAA desenvolveu-se a partir de uma organização anterior, pautada em questionamentos sobre as dinâmicas da universidade e mais especificamente sobre o curso de Ciências Sociais. Posteriormente, decidiu-se formar um grupo de trabalho para estudar a questão das ações afirmativas, seguido da decisão de centrarem-se no tema das cotas e, por último, a delimitação da modalidade de cotas a ser reivindicada. Após a iniciativa de estudantes do curso mencionado, agregaram-se outros atores, posicionados institucionalmente em relação aos estudantes iniciais, como no caso dos (as) vinculados (as) ao programa de extensão universitária Conexões de Saberes e à ONG Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ). Foi na presença destes outros atores que se agregou a perspectiva de centralidade da questão étnica/racial, embora a temática já se fizesse presente entre os membros pela participação em pesquisas acadêmicas, como já mencionado. Logo, a pauta cotas foi uma demanda construída no processo de ação coletiva, não sendo elemento que tenha propiciado a formação enquanto grupo.

Quanto às alianças, observou-se que foi da iniciativa do GTAA o contato com outras instâncias da universidade e organizações externas. Essa conexão caracterizou-se pela obtenção de recursos materiais (verbas) e simbólicos (legitimidade e apoio na construção de pauta). Sendo assim, mesmo que parte do grupo tenha sido composta por membros com determinado passado de engajamento, não foi a partir de outras instâncias de militância que se gerou a mobilização. De mesma forma, o GTAA não se demonstrou mediador das demandas de movimentos, mesmo as atendendo em parte, pela iniciativa de estabelecer alianças e pelo protagonismo na construção de uma proposta e de sua reivindicação.

Referente aos opositores, estes não tiveram destaques nas informações obtidas. Não foram apontadas restrições para o exercício da mobilização e atuação do grupo. O embate foi justamente na questão da aceitação da proposta, o que já fez parte da esfera do Conselho Universitário. As dificuldades de atuação foram manifestas em relação à inexperiência do grupo, distanciamento das entidades de movimentos sociais aliadas e tensões internas à organização.

Considerando os aspectos mencionados, observaram-se dois elementos centrais: os modelos de atuação disponíveis no ambiente acadêmico e os disponibilizados a partir de experiências prévias de engajamento. O modelo de atuação utilizado foi construído no processo de ação coletiva, considerando tais elementos e suas convergências no contexto da mobilização. Em relação a este processo, percebeu-se uma correlação entre presença ou ausência de outra experiência de engajamento e tipologia de ação política considerada relevante (incluindo a modalidade de cotas defendida, ou sua centralidade no debate). De uma parte, teve-se aqueles (as) com passado de militância (em entidades cujo enfoque eram no aspecto socioeconômico) que apoiaram o dispêndio de esforço para reivindicar-se as duas modalidades, de forma dissociada ou agregada, bem como uma atuação consideradas “externas” (atos públicos, como passeatas, ocupações, etc.). De outra parte, aqueles (as) sem experiência militante prévia defenderam o foco de atuação na reivindicação da modalidade étnica/racial, através de uma dinâmica considerada “interna” (como através da promoção de seminários, diálogo com membros do Conselho Universitário, etc.).

A disposição destes (as) estudantes na universidade, além de ter propiciado contato com modelos de atuação política, também, e previamente, contribuiu para o engajamento no momento em que esteve contida numa rede de relações pré-existente, a partir da qual laços informais foram ativados no momento da proposição de uma mobilização. Constatou-se que, em meio a uma heterogeneidade, oriunda de origens sociais distintas e diferenças de posicionamento político (captadas através dos relatos sobre as tensões internas), o principal fator que manteve a sustentação do grupo foi a convergência na defesa da pauta “cotas”, aspecto reforçado pelo fato de o grupo ter se desfeito após a aprovação da pauta pelo Conselho Universitário (embora a pauta aprovada ter sido distinta da proposta do GTAA).

A partir da investigação, considerou-se pertinente inferir que, em meio a um questionamento sobre a universidade (envolvendo a função discente nesta), os membros do GTAA adotaram a pauta cotas em função da disponibilidade da demanda, de sua reivindicação, e pelo fato de nisto ter se visto a possibilidade darem significado as suas atuações políticas enquanto membros discentes.

6. Conclusões

A partir da constatação sobre a adoção da pauta cotas e a formação do GTAA em torno dela, chegou-se a conclusão de que são nas situações sociais que se produzem os

fundamentos para a construção de ações sociais que às primeiras se referem. Vê-se que este estudo possibilitou uma aplicação da proposta de Tarrow, porém a partir de um momento de engajamento anterior ao ponto de partida deste autor, com a ajuda do aporte teórico sobre a noção de “projeto”, ou seja, em relação à forma como as insatisfações são construídas e as motivações manifestas antes do aproveitamento de oportunidades percebidas e da busca por maior mobilização.

Inclusive, pensa-se que a presente pesquisa demonstrou que os modelos de atuação política disponíveis no contexto não estão dispostos apenas para um aproveitamento estratégico, mas constituem-se também como fatores que compõem o processo de construção da própria contestação. A dimensão das experiências individuais, expressa não somente a influência dos modelos pré-existentes, como também motivou o questionamento do processo de “enquadramento interpretativo”, tal como proposto por Snow et al.(1986), de que são nas medidas estratégicas dos grupos constituídos que seus discursos alinham-se a insatisfações não direcionadas. Ao comparar-se esta perspectiva aparentemente “racional” de movimentos sociais no exercício da mobilização com o caso do GTAA, viu-se que tal alinhamento pode ocorrer em mais de uma direção: os próprios indivíduos inseridos nesses “poços de insatisfações não direcionadas” podem assumir a iniciativa de buscarem, dentre os discursos disponíveis, aqueles através dos quais podem direcionar suas insatisfações e darem significado às suas atuações políticas. Como visto no exemplo deste trabalho, nem todas as pautas sobre questões étnico/raciais reivindicadas são demandadas por entidades de movimento negro em todos os contextos que ocorrem, e nem todas as mobilizações em torno de tais causas são consequências diretas de posturas estratégicas destas entidades. Neste ponto, considerou-se pertinente diferenciar a influência de tais movimentos em relação aos modelos de atuação e às demandas que disponibilizam.

Por fim, pensa-se nesta pesquisa como um ponto para se pensar sobre novas formas de engajamento, em relação aos modelos tradicionais. De forma aliada, também pode ter serventia para se pensar sobre a constituição de um entendimento sobre o fundamento da universidade, e sobre como esta pode apresentar-se como um espaço de atuação política, refletindo demandas de segmentos da sociedade e servindo como espaço de lutas sociais. Ademais, é uma abordagem que faz questionar uma posição sobre as ações afirmativas por perspectivas globalizantes – envolvendo considerações que centram aspectos sobre as agendas de órgãos internacionais e um posicionamento governamental favorável que afastam a consideração de dinâmicas locais e o caráter processual dessas interações – fazendo pensar em

quais aspectos levam às distinções sobre a atuação política em torno de uma causa em diferentes contextos.

Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e consciência na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a. 198p.

_____. Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhón (Org.). **Classes médias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b. 174p.

BELLINTANI, Leila Pinheiro. **Ação afirmativa e os princípios do direito**: a questão das cotas raciais para ingresso no ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos: trajetórias individuais entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto, PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 501p.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1965. 318p.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa, estratégias pós-Durban. **Observatório da Cidadania-Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 2002. p.56

HOFBAUER, Andreas. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, p.9-56, 2006. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 de Dezembro de 2010.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 199p.

MORTADA, Samir Pérez. De jovem a estudante: apontamentos críticos. **Psicol. Soc.[online]**, vol.21, n.3, p.373-882, 2009. ISSN 0102-7182. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 de Junho de 2010.

OLIVEN, A. C. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades:** uma comparação entre Estados Unidos e o Brasil. Educação, Porto Alegre, v.61, p.29-51, 2007.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: uma etnografia das cotas pra negros na Uerj. In: JÚNIOR, João Feres; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). **Ação afirmativa e universidade:** experiências nacionais comparadas. Brasília: UnB, 2006. 303p.

PROLO, Felipe. **Possibilidades e oportunidades de atuação política:** estudo sobre a formação do grupo de trabalho de ações afirmativas no processo de reivindicação por cotas de ingresso na UFRGS. 2011. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Marcelo Kunrath. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

SNOW, David A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert. **Frame alignment processes, micromobilization and movement participation.** In: American Sociological Review, vol. 51, n.48, Agosto, p.464-481, 1986.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Rev. Bras. Educ.[online]**, n.13, p.73-94, 2000. ISSN 1413-2478. Acesso em: 12 de Junho de 2010.

TARROW, Sideny. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 319p.

SITO, Luanda Rejane Soares; FERREIRA, Junara Nascimento; RODRIGUES, Tatiana do Prado. O processo de implementação das ações afirmativas na UFRGS. In: TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato et al. (Org.). **Por uma política de ações afirmativas: problematizações do Programa Conexões de Saberes/UFRGS.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 119-125.

TURNER, Michael. Pendências no hemisfério ocidental: afro-latinos e programas compensatórios para a inclusão social. In: JÚNIOR, João Feres; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.).

Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: UnB, 2006. 303p.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 137p.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Perfil e representações dos estudantes de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** relatório final. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 122p.